

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR
UGE 180362 – CPI-9**

PREGÃO ELETRÔNICO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0031/26
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90033/2026**

CONTRATANTE (UASG)

(180362) - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE

OBJETO

SERVIÇO DE PINTURA PREDIAL INTERNA E EXTERNA DO 10ºBPM/I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 230.111,64 (DUZENTOS E TRINTA MIL, CENTO E ONZE REAIS E
SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA DA SESSÃO: 18/06/2026 ÀS 09H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

LINK: WWW.GOV.BR/COMPRAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

TIPO MENOR PREÇO.

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



**Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta**

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS.....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

EDITAL

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE
UGE180362**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0031/26 - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90033/2026

(Processo Administrativo nº Nº CPI9 – 20260425745 - 057.00264673/2026-60)

Data da sessão: 18/06/2026

Horário da Fase de Lances: 09h00 às 15h00 (horário de Brasília).

Link: www.gov.br/compras

Critério de Julgamento: menor preço.

Regime de Execução: unitário.

Torna-se público que o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE**, sediado na Rua Américo Vespúcio, 438, Bairro Algodoal – Piracicaba/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na execução de serviços especializados de pintura predial, compreendendo pintura de áreas internas e externas, tratamento e acabamento de paredes, tetos, pisos, esquadrias metálicas e de madeira, impermeabilização de superfícies, serviços preliminares e limpeza final do prédio do 10º Batalhão de Polícia Militar do Interior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Considerando o valor estimado do item 01 (único), objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.]

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de

equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total estimado do ITEM;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 1.150,55 (mil cento e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5. |

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. |

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.9.3. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.5. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.]

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.]

7.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.]

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.]

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados [no Anexo I] deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.]

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.]

- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio da plataforma SEI utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; []

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; []

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento Resolução SSP nº 005/2026, e aplicada após regular processo administrativo:

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e

circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12.As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13.Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14.Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16.A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18.Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20.O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: encaminhamento das razões no endereço eletrônico cpi9uge@policiamilitar.sp.gov.br (e-mail deve constar todas as informações necessárias para identificação de quem o subscreve e quem este representa; quando do envio de documento anexo com as razões, tal documento deve estar em formato PDF, com assinatura eletrônica certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), como determina o § 2º do artigo 12º da Lei 14.133/21

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no endereço eletrônico na Internet www.doe.sp.gov.br (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12.Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).|

14.14.Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.15.1. ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;
- 14.15.2. ANEXO II – MODELOS(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA;
- 14.15.3. ANEXO III – MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES);
- 14.15.4. ANEXO IV - RESOLUÇÃO SSP Nº 005/2026
- 14.15.5. ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA 36/2026;
- 14.15.6. ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 57/2026;
- 14.15.7. ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA Nº 10BPMI-001/40/26

Piracicaba, na data da assinatura digital.

CLEOTHEOS SABINO DE SOUZA FILHO
SUBSCRITOR DE EDITAL

ANEXO I
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇO DE PINTURA PREDIAL INTERNA E EXTERNA DO 10ºBPM/I.
(Processo Administrativo nº SEI- 057.00264673/2026-60 - 20260425745 - PR- 362/0031/26)

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, INTERMÁRIO DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR – 9 E A EMPRESA **** INSCRITA SOB O CNPJ****-, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PREDIAL INTERNA E EXTERNA DO 10ºBPM/I. |

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Segurança Pública, e Polícia Militar do Estado de São Paulo por intermédio do(a) Comando de Policiamento do Interior - 9, com sede no(a) com sede na rua Américo Vespúcio, 438 – Bairro Algodão – CEP 13.405-374 – Piracicaba/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0127-56, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor CLEOTHEOS SABINO DE SOUSA FILHO, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, publicado(a) no DOE de 10 de fevereiro de 2025 portador(a) da identificação RG nº 22.939.688-4 e CPF nº 153.295.368-20 no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 20260425745 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 362/0031/26, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na execução de serviços especializados de pintura predial, compreendendo pintura de áreas internas e externas, tratamento e acabamento de paredes, tetos, pisos, esquadrias metálicas e de madeira, impermeabilização de superfícies, serviços preliminares e limpeza final para o prédio do 10º Batalhão de Polícia Militar do Interior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ SIAFÍSIC	UNIDADE E DE MEDIDA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Manutenção Ou Conservação Predial - Pintura Alvenaria Geral	79111 - BEC 13455 - Compras	1	1	R\$	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste Termo de Contrato conforme acordado entre o gestor do contrato e a contratada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.]

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.]

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$*****.]

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.]

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias corridos para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa

da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;

9.1.23. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado;

9.1.23.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere a subdivisão anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021;]

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.

10.1.1. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.1.2. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018, o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.1.3. Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei nº 13.709, de 2018.

10.1.4. O Contratado deve:

10.1.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei nº 13.709, de 2018; e

10.1.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.

10.1.5. O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei nº 13.709, de 2018.

10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei nº 13.709, de 2018, no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil.] **OU** [É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância, pelo Contratado, da adequada proteção desses dados, cabendo ao Contratado o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade nacional e de outro(s) país(es) que for aplicável.

10.2. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, bem como a disciplina estabelecida neste instrumento.

10.3. O Contratado:

10.3.1. quando se caracterizar como operador que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, deve:

10.3.1.1. observar as instruções por escrito do Contratante para execução desse tratamento;

10.3.1.2. implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei nº 13.709, de 2018;

10.3.1.3. adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada incidente de segurança;

10.3.2. quando se caracterizar como controlador de dados pessoais, somente poderá tratá-los com fundamento nas hipóteses previstas na Lei nº 13.709, de 2018, seguindo as regras e os princípios nela previstos, em especial os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção.

10.4. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.5. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018, o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.6. O Contratado deve comunicar na primeira oportunidade possível ao Contratante o conhecimento de requerimento de titular de dados pessoais a ele dirigido, de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, ou de outra circunstância cuja ciência seja relevante para o cumprimento pelo Contratante da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais decorrente deste instrumento, fornecendo informações suficientes para que ele cumpra quaisquer deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018.

10.7. Por ocasião do encerramento deste contrato, é dever do Contratado eliminar os dados pessoais, com exceção das hipóteses do artigo 16 da Lei nº 13.709, de 2018, quando for o caso e nos seus estritos limites.

10.8. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula.

10.9. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento. |

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. |Não haverá exigência de garantia contratual da execução. |

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv) Multa:

Calculada em conformidade com a documentação Resolução nº SSP-005/26 que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado,

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:00001

II. Fonte de Recursos:150010001

III. Programa de Trabalho: 06122181949920000

IV. Elemento de Despesa:339039

V. Plano Interno:0000

VI. Nota de Empenho: *****

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. |

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamentobase da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO II
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE PINTURA PREDIAL INTERNA E EXTERNA DO 10ºBPM/I

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Américo Vespúcio nº 300, bairro Algodoal, município de Piracicaba/SP.

ITEM	CATSER ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND FORNECIMENTO	VALOR MATERIAL	VALOR MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL
1	Servico de Manutencao Ou Conservacao Predial - Pintura Alvenaria Geral- conforme Termo de Referência 36/2026	79111 - BEC 13455 - Compras	1	R\$	R\$	R\$
TOTAL GERAL (INCLUINDO BDI 23%)				R\$	R\$	R\$

Nome da Empresa:
CNPJ:
Nome do Representante Legal:
CPF:
E-mail:
Telefone:
Endereço:
Conta Corrente Banco do Brasil:

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0031/26, Processo Administrativo Nº CPI9 - 20260425745 - 057.00264673/2026-60, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0031/26, Processo Administrativo Nº CPI9 - 20260425745 - 057.00264673/2026-60, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO III.4

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0031/26, Processo Administrativo Nº CPI9 - 20260425745 - 057.00264673/2026-60, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV
RESOLUÇÃO SSP Nº 005/2026



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**
- II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**
- III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**
- IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

TERMO DE REFERÊNCIA 36/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 - CPI-9	VANILSON PEREIRA DA SILVA	22/04/2026 16:19 (v 0.10)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057.00009426/2026-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços especializados de pintura predial, compreendendo pintura de áreas internas e externas, tratamento e acabamento de paredes, tetos, pisos, esquadrias metálicas e de madeira, impermeabilização de superfícies, serviços preliminares e limpeza final, a serem executados sob regime de empreitada por preço unitário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Servico de Manutencao Ou Conservacao Predial - Pintura Alvenaria Geral	79111 - BEC 13455 - Compras	m²	4.520	50,90	R\$: 230.111,64

A composição detalhada dos custos encontra-se na **Planilha Orçamentária – Anexo I** deste Termo de Referência.

1.1.1. Metodologia de Composição de Custos

1.1.1.1. Para a estimativa dos custos da presente contratação, foi adotada como referência a **Tabela de Custos Unitários da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU**, em sua versão vigente à época da elaboração do presente Termo de Referência.

1.1.1.2. A utilização da referida tabela justifica-se por se tratar de referência oficial amplamente utilizada pela Administração Pública do Estado de São Paulo, contendo composições de custos padronizadas, atualizadas e compatíveis com os preços praticados no mercado da construção civil.

1.1.1.3. Os itens constantes na planilha orçamentária foram selecionados de acordo com a natureza dos serviços a serem executados, contemplando materiais, mão de obra e encargos necessários à adequada execução do objeto.

1.1.1.4. Ressalta-se que os códigos da CDHU possuem caráter exclusivamente referencial para fins de composição de custos, não sendo utilizados como critério de classificação para fins licitatórios, os quais observarão os sistemas oficiais aplicáveis.

1.1.1.5. A metodologia adotada assegura a formação de preços compatíveis com a realidade de mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantagem para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023, tratando-se de serviços essenciais à conservação do patrimônio público e à manutenção das condições adequadas de uso das instalações.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usuais no mercado.

1.3. Prazo de Vigência e Execução

1.3.1. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.2. O prazo de execução dos serviços será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços.

1.3.3. O prazo de vigência contratual compreende:

- a) o período de execução dos serviços;
- b) o recebimento provisório e definitivo;

1.3.4. O prazo de garantia dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

1.3.5. O objeto não se enquadra como serviço contínuo, por se tratar de serviços de natureza pontual e com escopo previamente definido, destinados à execução específica de pintura predial e correlatos, inexistindo necessidade de prestação contínua ou permanente ao longo do tempo.

1.4. Classificação do Objeto para Fins Licitatórios

1.4.1. Para fins de contratação por meio eletrônico, o objeto será classificado conforme os códigos oficiais dos sistemas governamentais:

- a) Sistema Compras.gov.br (CATSER): 13455;
- b) Sistema BEC/SP: 79111.

1.4.2. Os códigos constantes da planilha orçamentária baseados na tabela CDHU possuem caráter exclusivamente referencial para composição de custos, não sendo utilizados como classificação licitatória.

1.5. Responsáveis pela Elaboração do Termo de Referência

1.5.1. O presente Termo de Referência foi elaborado por agentes públicos que atendem aos requisitos previstos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

1.5.2. Os responsáveis pela elaboração do presente documento possuem conhecimento técnico compatível com o objeto da contratação e atuaram em conformidade com o disposto nos arts. 2º, 4º e 5º do Decreto Estadual nº 68.185/2023.

1.6. Padronização do Objeto

1.6.1. Verificou-se que não há item padronizado no catálogo eletrônico de padronização que atenda integralmente às especificidades do objeto da presente contratação.

1.6.2. Em razão disso, a descrição do objeto foi elaborada de forma detalhada neste Termo de Referência, observando-se as características técnicas necessárias à adequada execução dos serviços.

1.7. Prazo de Execução e Exercício Financeiro

1.7.1. A contratação terá vigência compatível com a execução integral do objeto, conforme prazo estabelecido no item 1.3 deste Termo de Referência.

1.7.2. Considerando a natureza não contínua e o prazo reduzido da contratação, não há necessidade de previsão no Plano Plurianual (PPA), tampouco de justificativa para vigência plurianual.

Subcontratação

1.8. O contratado não poderá subcontratar o objeto principal da contratação, admitindo-se, quando tecnicamente necessário, a subcontratação parcial de serviços acessórios, desde que previamente autorizada pela Administração e mantida a integral responsabilidade da contratada pela execução do objeto.

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, o qual integra o presente Termo de Referência como seu apêndice.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento o Documento de Formalização da Demanda (DFD): nº 543/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Caracterização geral da solução

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de pintura predial interna e externa, impermeabilização de superfícies em tijolo aparente, reparos em paredes e tetos, bem como tratamento e pintura de superfícies metálicas, de madeira e pisos cimentados, abrangendo o prédio principal e os anexos da sede do 10º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 10º BPM/I, localizada na Rua Américo Vespúcio nº 300, bairro Algodoal, município de Piracicaba/SP.

Abrangência e escopo da solução

3.2. A solução contempla a execução integrada de todos os serviços necessários à conservação, proteção e recuperação das superfícies da edificação, incluindo:

- 3.2.1. Serviços preliminares, compreendendo a instalação, montagem e desmontagem de andaimes tubulares fachadeiros e o uso de plataformas elevatórias, quando necessário;
- 3.2.2. Preparação das superfícies, com limpeza, lixamento, remoção de resíduos, correções localizadas e aplicação de seladores;
- 3.2.3. Aplicação de tinta acrílica antimofo em paredes internas, externas e lajes, com acabamento semibrilho, nas cores especificadas conforme cada ambiente;
- 3.2.4. Pintura de superfícies metálicas com esmalte à base de água, acabamento brilhante;
- 3.2.5. Pintura de superfícies de madeira com esmalte à base de água, acabamento brilhante;
- 3.2.6. Aplicação de verniz acrílico em superfícies de tijolo aparente, acabamento fosco e incolor;
- 3.2.7. Pintura de pisos cimentados com tinta acrílica própria para tráfego e abrasão;
- 3.2.8. Limpeza final da obra, com retirada de resíduos e entrega das áreas em condições plenas de uso.

Forma de execução da solução

3.3. A execução da solução deverá ocorrer de forma integral, contínua e coordenada, sob responsabilidade exclusiva da empresa contratada, com fornecimento total de mão de obra especializada, materiais, insumos, equipamentos e maquinários necessários, observadas rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (especialmente NR-6, NR-18 e NR-35) e a legislação aplicável.

3.4. Critérios de Aceitação dos Serviços

3.4.1. Os serviços serão considerados aceitos após verificação de conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

3.4.2. Serão rejeitados os serviços que apresentarem:

- a) falhas de cobertura ou pintura irregular;
- b) descascamento, desagregação ou baixa aderência;
- c) presença de bolhas, manchas ou imperfeições visíveis;
- d) acabamento em desacordo com o padrão exigido;
- e) utilização de materiais fora das especificações técnicas.

3.4.3. A fiscalização poderá realizar verificação por amostragem, em percentual mínimo de 10% (dez por cento) das áreas executadas.

3.4.4. Os serviços rejeitados deverão ser refeitos integralmente, sem ônus para a Administração.

Garantia e responsabilidade pelos serviços

3.5. A contratada deverá assegurar garantia mínima de 01 (um) ano sobre todos os serviços executados e materiais empregados, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, obrigando-se a corrigir, refazer ou substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer serviços que apresentem defeitos de material, vícios de execução ou não conformidade com as especificações técnicas e normativas.

3.6. Prazo de Execução

3.6.1. O prazo máximo para execução dos serviços será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços.

3.6.2. A execução deverá observar as restrições operacionais da unidade policial, podendo haver adequação de horários de trabalho.

3.6.3. O prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e autorizada pela Administração.

Fiscalização e controle da solução

3.7. A execução da solução será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal designados pela Administração, responsáveis pelo controle da qualidade, do cumprimento dos prazos, da observância das normas de segurança e da conformidade dos serviços com o presente Termo de Referência e seus anexos.

Resultado esperado da solução

3.8. Com a implementação da solução proposta, espera-se a recuperação estética e funcional das edificações, o aumento da vida útil das superfícies, a prevenção de patologias construtivas, a melhoria das condições de trabalho e a preservação do patrimônio público, assegurando ambiente adequado ao desempenho das atividades institucionais da Polícia Militar.

3.9. Condutas Vedadas e Sanções

3.9.1. É vedado à contratada:

- a) utilizar materiais em desacordo com as especificações técnicas;
- b) executar serviços com qualidade inferior à exigida;
- c) subcontratar, total ou parcialmente, o objeto;
- d) causar danos ao patrimônio público sem a devida reparação.

3.9.2. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.9.3. Poderá ser aplicada retenção de pagamento até a correção das irregularidades constatadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Utilização, sempre que tecnicamente viável, de materiais e produtos com menor impacto ambiental, tais como tintas à base de água, com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC), em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

4.1.2. Adoção de práticas adequadas de gerenciamento, segregação e destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos gerados durante a execução dos serviços, em observância à legislação ambiental vigente.

4.1.3. Emprego racional de recursos, com vistas à redução de desperdícios de materiais, à preservação das áreas adjacentes e à prevenção de danos ambientais durante a execução do objeto.

Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Os materiais empregados na execução dos serviços deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente:

- a) NBR 11702 – Tintas para construção civil;
- b) NBR 11703 – Tintas acrílicas;
- c) NBR 12965 – Vernizes;
- d) NBR 6211 – Especificações gerais para tintas.

4.2.2. Os produtos deverão apresentar, no mínimo:

- a) alto poder de cobertura;
- b) resistência à umidade e intempéries;
- c) durabilidade compatível com o uso;
- d) acabamento uniforme e aderência adequada.

4.2.3. É vedada a indicação de marcas comerciais específicas.

4.2.4. Será admitido qualquer produto que comprove equivalência técnica, mediante documentação do fabricante.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo correspondente, a Administração não aceitará a utilização de produtos ou marcas que:

4.3.1. Não atendam às normas técnicas da ABNT ou às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

4.3.2. Apresentem qualidade inferior ou desempenho incompatível com o uso institucional, comprometendo a durabilidade e a segurança dos serviços executados;

4.3.3. Não possuam procedência comprovada, registro, certificação ou indicação técnica do fabricante, quando exigível.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Quando aplicável, poderá ser exigida comprovação da procedência e qualidade dos materiais a serem empregados na execução dos serviços, vedada qualquer exigência que restrinja indevidamente a competitividade do certame.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco contratual identificado e as razões devidamente justificadas no Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.10. A vistoria técnica será facultativa, sendo recomendada aos licitantes para melhor conhecimento das condições do local de execução dos serviços.

4.11. A vistoria poderá ser realizada mediante prévio agendamento, em dias úteis, no horário das 08h às 18h, na sede do 10º BPM/I.

4.12. A não realização da vistoria implicará na aceitação integral das condições do local, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.

4.13. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

4.14. A vistoria não substitui a análise dos documentos da contratação, devendo eventuais dúvidas serem formalmente encaminhadas na forma do edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.19.1.25.1. Condições Gerais de Execução

5.1.1. A execução dos serviços deverá ocorrer conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e demais documentos integrantes do processo, observando-se as normas técnicas vigentes, em especial as da ABNT, bem como a legislação aplicável.

5.1.2. Os serviços compreendem a execução de pintura predial interna e externa, incluindo preparo de superfícies, aplicação de revestimentos, impermeabilização de elementos construtivos, tratamento de patologias (tais como fissuras, infiltrações e mofo), bem como limpeza final, com fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias.

5.1.3. A execução deverá ocorrer de forma contínua e coordenada, garantindo a qualidade dos serviços, a segurança dos usuários da edificação e a preservação do patrimônio público.

5.2. Prazo de Execução

5.2.1. O prazo máximo para execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço.

5.2.2. O cronograma de execução deverá ser previamente apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, podendo ser ajustado em razão das necessidades operacionais da unidade.

5.2.3. Eventuais prorrogações de prazo somente serão admitidas mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, especialmente em casos de condições climáticas adversas ou situações excepcionais devidamente comprovadas.

5.3. Horário de Execução

5.3.1. Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, em horário comercial.

5.3.2. Considerando as peculiaridades operacionais da unidade policial, poderá haver necessidade de adequação de horários, inclusive execução em períodos alternativos, mediante prévia autorização da Administração, sem ônus adicional.

5.4. Fornecimento de Materiais, Equipamentos e Mão de Obra

5.4.1. A contratada será responsável pelo fornecimento integral de todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução dos serviços.

5.4.2. Os materiais empregados deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, devendo possuir qualidade compatível com os padrões usuais de engenharia, sendo vedado o uso de materiais de qualidade inferior.

5.4.3. Todos os custos relacionados à mobilização, transporte, instalação, operação, manutenção e desmobilização de equipamentos e estruturas de apoio deverão estar incluídos na proposta contratada.

5.5. Execução dos Serviços

5.5.1. Os serviços deverão contemplar, no mínimo:

- a) serviços preliminares, incluindo preparação e organização do ambiente de trabalho;
- b) preparo das superfícies, com limpeza, lixamento, correção de imperfeições e aplicação de seladores;

- c) aplicação de tintas e revestimentos conforme especificações técnicas;
- d) pintura de superfícies em alvenaria, metal e madeira;
- e) aplicação de vernizes e revestimentos específicos;
- f) pintura de pisos e áreas externas, quando aplicável;
- g) execução de impermeabilizações necessárias;
- h) limpeza final e entrega da área em perfeitas condições de uso.

5.5.2. A execução deverá seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos materiais e as normas técnicas aplicáveis.

5.6. Equipamentos e Estruturas de Apoio

5.6.1. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, plataformas elevatórias, andaimes, containers de apoio e demais estruturas.

5.6.2. Os equipamentos deverão atender integralmente às normas de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-35.

5.6.3. A contratada será responsável pela operação, manutenção e substituição dos equipamentos, garantindo sua plena funcionalidade durante toda a execução contratual.

5.7. Segurança do Trabalho

5.7.1. A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente as NR-6, NR-18 e NR-35.

5.7.2. Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), conforme a natureza dos serviços.

5.7.3. A contratada será integralmente responsável por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços.

5.8. Responsabilidades da Contratada

5.8.1. Executar os serviços com qualidade, eficiência e dentro dos prazos estabelecidos;

5.8.2. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;

5.8.3. Garantir a proteção das áreas, equipamentos e bens existentes no local;

5.8.4. Reparar, sem ônus para a Administração, quaisquer danos causados durante a execução dos serviços;

5.8.5. Manter o local limpo e organizado durante toda a execução.

5.9. Critérios de Aceitação dos Serviços

5.9.1. Os serviços serão considerados aceitos após verificação de conformidade com as especificações técnicas, acabamento adequado e ausência de defeitos visíveis.

5.9.2. Materiais ou serviços que não atendam às especificações deverão ser rejeitados, sendo obrigatória sua substituição ou correção sem ônus para a Administração.

5.10. Registro Fotográfico e Documentação

5.10.1. Deverá ser realizado registro fotográfico das condições do local antes, durante e após a execução dos serviços.

5.10.2. Os registros deverão compor o processo administrativo como forma de comprovação da execução e da necessidade da intervenção.

5.11. Croqui / Identificação das Áreas de Intervenção

TINTA ACRÍLICA ANTIMOFO (PAREDES EXTERNAS)		
LOCAL	TIPO DE PINTURA	ÁREA PINTURA M2
Hall inferior	Parede externa	169,59
Fachada frente	Parede externa	118,29
Fachada fundos	Parede externa	203,50
Lateral entrada	Parede externa	31,18
Lateral fundos	Parede externa	40,58
Muro	Parede externa	437,88
Copa externo	Parede externa	58,17
Aloj cb sd/ subten sgt	Parede externa	87,18
Sala reunião	Parede externa	65,12
Sala de Operações (Serviço de Dia)	Parede externa	82,72
TOTAL		1.294,21

TINTA ACRÍLICA ANTIMOFO PAREDES INTERNAS		
LOCAL	INTERNA	ÁREA PINTURA M2
P/4 Total	Parede Interna	65,47
Telemática	Parede Interna	61,64
Corredor do hall inferior	Parede Interna	35,75
Escada	Parede Interna	110,60
P/5	Parede Interna	58,32
Sala Espera	Parede Interna	58,32
Alojamento Feminino	Parede Interna	93,02
Alojamento Oficiais Superiores	Parede Interna	40,90
Alojamento Oficiais Intermediários	Parede Interna	65,66
Alojamento Oficiais Subalternos	Parede Interna	47,64
Corredor Superior	Parede Interna	11,80
P1	Parede Interna	47,43
P3	Parede Interna	13,05
SJD	Parede Interna	38,91
Coord Op	Parede Interna	9,68
Cmt	Parede Interna	25,92
Alojamento Cb/SD	Parede Interna	101,20
Alojamento SGT	Parede Interna	38,70
Motomec	Parede Interna	61,36
Deposito Limpeza	Parede Interna	11,00
Sala de Operações (Serviço de Dia)	Parede Interna	27,44
TOTAL		1.023,81

TINTA ACRÍLICA ANTIMOFO LAJES		
Local	Interna/Externa	Área Pintura m2
P/4	Laje	29,97
Telemática	Laje	14,69
Hall inferior	Laje	208,95
Corredor do hall inferior	Laje	11,95
Escada	Laje	14,02
P/5	Laje	12,96
Sala Espera	Laje	12,96
Alojamento Feminino	Laje	16,96
Alojamento Oficiais Superiores	Laje	16,16
Alojamento Oficiais intermediários	Laje	39,43
Alojamento Oficiais Subalternos	laje	21,15
Corredor Superior	laje	29,67
P1	Laje	33,03
P3	Laje	20,52
SJD	Laje	35,18
Coord Op	Laje	15,52
Cmt	Laje	24,64
Alojamento Cb/SD/SGT	Laje	87,37
Sala Reunião	Laje	7,01
Motomec	Laje	24,79
Sala de Operações (Serviço de Dia)	Laje	10
TOTAL		686,93

5.12. PINTURA EM SUPERFÍCIE METÁLICA, ACABAMENTO BRILHANTE NA COR BRANCA, INCLUSIVE PREPARO

5.12.1. Critério de Medição

5.12.1.1. A medição será realizada pela área efetivamente preparada e pintada, expressa em metros quadrados (m²).

5.12.1.2. Em elementos vazados, tais como caixilhos, grades, gradis ou estruturas metálicas similares, a medição será realizada pela área da peça ou pela projeção do conjunto no plano vertical ou horizontal, considerada uma única vez.

5.12.1.3. Nos casos em que houver áreas de vedação superiores a 15% (quinze por cento) da área projetada, será acrescida, adicionalmente, uma vez a área correspondente à vedação.

5.12.2. Preparo das Superfícies

5.12.2.1. As superfícies metálicas deverão ser previamente preparadas mediante execução dos seguintes procedimentos:

- limpeza completa para remoção de sujeiras, poeiras, óleos, graxas e contaminantes;
- lixamento mecânico ou manual, visando à eliminação de oxidações, partes soltas ou deterioradas;
- remoção integral do pó gerado;
- tratamento de pontos de corrosão, quando existentes;
- aplicação de fundo anticorrosivo compatível com o sistema de pintura adotado.

5.12.2.2. O preparo das superfícies deverá seguir rigorosamente as recomendações técnicas do fabricante dos produtos a serem utilizados, bem como as normas técnicas aplicáveis.

5.12.3. Aplicação do Revestimento

5.12.3.1. O item compreende o fornecimento e aplicação de tinta esmalte à base de água, com acabamento brilhante, na cor branca, indicada para uso em superfícies metálicas internas e externas.

5.12.3.2. Os materiais empregados deverão atender aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos em normas da ABNT aplicáveis, tais como desempenho, aderência, cobertura, resistência e durabilidade, sendo admitidos produtos equivalentes desde que comprovadamente atendam a tais especificações.

5.12.3.3. A aplicação deverá ser realizada em 2 (duas) ou 3 (três) demãos, conforme necessidade de cobertura e orientação do fabricante, respeitando-se os intervalos de secagem recomendados.

5.12.3.4. O sistema de pintura deverá incluir, quando necessário, a aplicação prévia de fundo preparador ou anticorrosivo compatível com o substrato metálico.

5.12.3.5. A execução deverá contemplar integralmente:

- a) fornecimento de materiais;
- b) fornecimento de ferramentas e equipamentos;
- c) mão de obra especializada;
- d) proteção de áreas adjacentes;
- e) limpeza final da área trabalhada.

5.12.4. Locais de Aplicação

5.12.4.1. A aplicação da pintura em superfície metálica será realizada nos locais definidos na planilha orçamentária e/ou memorial descritivo integrante deste Termo de Referência.

5.12.4.2.

ESMALTE SINTÉTICO ESQUADRIAS METÁLICAS		
Local	OBJETO	Área Pintura m2
P/4	1 PORTA VIDRO	1,74
P/4	7 VITRÔS	7,59
OFICINA	1 PORTÃO DE CORRER	27,00
OFICINA	3 TAMPAS DO QUADRO DE LUZ	2,60
OFICINA	1 PORTA DEPOSITO LIMPEZA	3,44
OFICINA	5 ESTRUTURAS METÁLICAS	50,00
OFICINA	6 VIGAS	32,40
OFICINA	1 ESTIRANTE	2,25
TORRE	1 ESCADA E PASSARELA	15,85
TORRE	1 PORTA ARQUIVO P1	1,91
TORRE	2 GRADE COMPRESSOR	4,70
TORRE	7 VITRO	10,81
TORRE	1 TAMPA ALÇAPÃO	0,60
ESTACIONAMENTO	1 CORRIMÃO	4,09
HALL INFERIOR	1 DEPOSITO	8,80
HALL INFERIOR	1 QUADRO LUZ	0,90
ESCADA	4 CORRIMÃO	4,18
HALL SUPERIOR	1 QUADRO LUZ	0,99
HALL SUPERIOR PORTA PASSARELA	PORTA	1,68
GRADE DE DIVISA COM A CALÇADA	GRADE	185,55
TOTAL		367,08

5.13. ESMALTE À BASE DE ÁGUA EM SUPERFÍCIE DE MADEIRA, ACABAMENTO BRILHANTE, NA COR BRANCA, INCLUSIVE PREPARO

5.13.1. Critério de Medição

5.13.1.1. A medição será realizada pela área efetivamente preparada e pintada, expressa em metros quadrados (m²).

5.13.1.2. Em portas, portões, guichês e elementos similares com batente, a medição será realizada pela área da peça multiplicada por 3 (três).

5.13.1.3. Na ausência de batente, a medição será realizada pela área da peça multiplicada por 2 (dois).

5.13.2. Preparo das Superfícies

5.13.2.1. As superfícies de madeira deverão ser previamente preparadas mediante execução dos seguintes procedimentos:

- limpeza completa para remoção de poeiras, sujidades, resíduos e contaminantes;
- lixamento uniforme, visando à regularização da superfície e eliminação de imperfeições;
- remoção integral do pó gerado;
- correção de falhas, trincas ou imperfeições, quando existentes;
- aplicação de fundo preparador/selador à base de água, adequado ao substrato.

5.13.2.2. O preparo deverá seguir rigorosamente as recomendações do fabricante dos materiais e as normas técnicas aplicáveis.

5.13.3. Aplicação do Revestimento

5.13.3.1. O item compreende o fornecimento e aplicação de tinta esmalte à base de água, com acabamento brilhante, na cor branca, indicada para superfícies de madeira internas e externas.

5.13.3.2. Os materiais utilizados deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente quanto a desempenho, cobertura, aderência e durabilidade, incluindo, quando aplicável, a conformidade com a NBR 11702 ou norma equivalente.

5.13.3.3. A aplicação deverá ser realizada em, no mínimo, 3 (três) demãos, ou conforme necessário para perfeita cobertura, sendo a primeira demão aplicada como fundo selante.

5.13.3.4. Deverão ser respeitados os intervalos de secagem entre demãos, conforme especificações do fabricante.

5.13.3.5. A execução deverá contemplar integralmente:

- a) fornecimento de todos os materiais e insumos;
- b) fornecimento de ferramentas e equipamentos;
- c) mão de obra especializada;
- d) proteção de superfícies adjacentes;
- e) limpeza final da área.

5.13.4. Locais de Aplicação

5.13.4.1. A aplicação de esmalte à base de água em superfícies de madeira será realizada nos locais definidos na planilha orçamentária e/ou memorial descritivo integrante deste Termo de Referência.

5.13.4.2.

ESMALTE À BASE DE ÁGUA ESQUADRIAS DE MADEIRA		
Local	EXTERNO	Área Pintura m2
TELEMATICA	1 PORTA	3,36
OFICINA	1 PORTA	3,67
ALOJAMENTO CB SD	1 PORTA	3,65
HALL INFERIOR DEPOSITO P5	1 PORTA	7,92
HALL INFERIOR DEPOSITO TELEMATICA	1 PORTA	2,77
ESCADA ARQUIVO MORTO	1 PORTA	2,08
SALA ESPERA	1 BATENTE	1,65
P/5	1 BATENTE	1,65
ALOJAMENTO FEMININO	3 PORTA	10,08
ALOJAMENTO OFICIAIS SUPERIORES	2 PORTA	6,72
ALOJAMENTO OFICIAIS SUPERIORES	2 JANELA	1,28
ALOJAMENTO OFICIAIS INTERMEDIARIOS	2 PORTA	6,72
ALOJAMENTO SUBALTERNOS	2 PORTA	6,72
HALL SUPERIOR PORTA VIDRO	1 BATENTE (porta vidro)	3,36
TOTAL		61,63

5.14. VERNIZ ACRÍLICO ACABAMENTO FOSCO, INCOLOR

5.14.1. Critério de Medição

5.14.1.1. A medição será realizada pela área efetivamente envernizada, expressa em metros quadrados (m²).

5.14.1.2. Deverão ser deduzidas todas as interferências existentes na superfície, tais como aberturas, elementos embutidos ou áreas não aplicáveis.

5.14.2. Preparo das Superfícies

5.14.2.1. As superfícies deverão ser previamente preparadas mediante execução dos seguintes procedimentos:

- a) limpeza completa para remoção de poeiras, sujidades, eflorescências e contaminantes;
- b) lixamento, quando necessário, para regularização da superfície;
- c) remoção integral do pó gerado;
- d) correção de imperfeições que possam comprometer a aderência ou o acabamento.

5.14.2.2. O preparo deverá seguir rigorosamente as recomendações técnicas do fabricante e as normas aplicáveis.

5.14.3. Sistema de Aplicação

5.14.3.1. O sistema de aplicação será composto por duas etapas:

I – Aplicação de Primer (Base Água):

- a) aplicação de verniz acrílico à base de água, com função de primer/selador;
- b) aplicação em 1 (uma) demão, com ou sem diluição, conforme especificação do fabricante;
- c) finalidade de promover a selagem da superfície e melhorar a aderência das camadas subsequentes.

II – Aplicação de Acabamento (Base Solvente):

- a) aplicação de verniz acrílico à base de solvente, acabamento fosco, incolor;
- b) aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos, podendo ser ajustado conforme necessidade técnica;
- c) aplicação sobre superfícies de concreto aparente, tijolo aparente, pedras porosas ou argamassas.

5.14.3.2. A aplicação poderá ser realizada por meio de rolo, trinchinha ou pistola, conforme a natureza da superfície e orientação do fabricante.

5.14.3.3. Deverão ser respeitados os intervalos de secagem entre demãos, conforme especificações técnicas dos produtos utilizados.

5.14.4. Materiais e Requisitos Técnicos

5.14.4.1. Os materiais empregados deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente quanto à resistência, aderência, permeabilidade e durabilidade.

5.14.4.2. Será admitido o uso de vernizes acrílicos à base de água e à base de solvente que apresentem desempenho equivalente, devidamente comprovado por ficha técnica ou certificação.

5.14.4.3. Poderão ser utilizados solventes orgânicos compatíveis com o sistema de aplicação, quando tecnicamente recomendados.

5.14.4.4. É vedada a indicação de marcas específicas, sendo exigido apenas o atendimento às características técnicas e de desempenho, conforme boas práticas e normas vigentes, em conformidade com as diretrizes de neutralidade da contratação pública .

5.14.5. Execução dos Serviços

5.14.5.1. O item remunera integralmente:

- a) fornecimento de todos os materiais e insumos;
- b) fornecimento de ferramentas e equipamentos;
- c) mão de obra especializada;
- d) preparo completo da superfície;
- e) aplicação do sistema de verniz (primer + acabamento);
- f) proteção de áreas adjacentes;
- g) limpeza final.

5.14.6. Locais de Aplicação

5.14.6.1. A aplicação de verniz acrílico acabamento fosco, incolor será realizada em superfícies de tijolo aparente, concreto aparente, pedras naturais ou argamassas, conforme definido na planilha orçamentária e/ou memorial descritivo.

5.14.6.2.

VERNIZ ACRÍLICO TIJOLO A VISTA		
Local	EXTERNO	Área Pintura m2
Lateral entrada	Externo	61,03
Lateral fundos	Externo	73,36
TORRE	Externo	287,07
TOTAL		421,46

5.15. ACRÍLICO PARA QUADRAS E PISOS CIMENTADOS, NA COR CINZA ESCURO

5.15.1. Critério de Medição

5.15.1.1. A medição será realizada pela área efetivamente pintada, expressa em metros quadrados (m²).

5.15.1.2. Deverão ser deduzidas todas as interferências existentes na superfície, tais como áreas não aplicáveis, elementos fixos ou discontinuidades.

5.15.2. Preparo das Superfícies

5.15.2.1. As superfícies cimentadas deverão ser previamente preparadas mediante execução dos seguintes procedimentos:

- a) limpeza completa para remoção de poeiras, sujeiras, óleos, graxas e contaminantes;
- b) remoção de partículas soltas e materiais desagregados;
- c) correção de imperfeições que possam comprometer a aderência da pintura;
- d) verificação das condições de umidade da superfície.

5.15.2.2. O preparo deverá seguir rigorosamente as recomendações do fabricante e as boas práticas de engenharia.

5.15.3. Sistema de Aplicação

5.15.3.1. O sistema de pintura deverá ser executado conforme as seguintes etapas:

I – Demão de Fundo (Primer):

- a) aplicação de 1 (uma) demão de tinta acrílica diluída em aproximadamente 40% (quarenta por cento) de água;
- b) finalidade de promover selagem da superfície e melhorar a aderência das demãos subsequentes.

II – Demãos de Acabamento:

- a) aplicação de, no mínimo, 2 (duas) demãos de tinta acrílica;
- b) diluição aproximada de 20% (vinte por cento) de água, conforme especificação do fabricante;
- c) aplicação uniforme, garantindo cobertura homogênea e acabamento adequado.

5.15.3.2. Deverão ser respeitados os intervalos de secagem entre demãos, conforme orientação do fabricante.

5.15.4. Materiais e Requisitos Técnicos

5.15.4.1. A tinta utilizada deverá ser à base de resinas acrílicas, própria para aplicação em pisos cimentados e quadras, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) alta resistência à abrasão e ao tráfego;
- b) acabamento microtexturizado ou equivalente, que proporcione aderência e segurança;
- c) resistência à água, alcalinidade, intempéries e agentes climáticos;
- d) lavabilidade e durabilidade;
- e) cor cinza escuro.

5.15.4.2. Os materiais deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, incluindo a NBR 11702 ou norma equivalente.

5.15.4.3. Será admitido o uso de produtos equivalentes, desde que comprovem desempenho técnico compatível por meio de documentação técnica do fabricante.

5.15.4.4. É vedada a indicação de marcas comerciais específicas, devendo a especificação se restringir às características técnicas e de desempenho, em conformidade com as normas de contratação pública .

5.15.5. Execução dos Serviços

5.15.5.1. O item remunera integralmente:

- a) fornecimento de todos os materiais e insumos;
- b) fornecimento de ferramentas e equipamentos;
- c) mão de obra especializada;
- d) preparo completo da superfície;
- e) aplicação do sistema de pintura (primer e acabamento);
- f) proteção das áreas adjacentes;
- g) limpeza final.

5.15.6. Locais de Aplicação

5.15.6.1. A aplicação de tinta acrílica para quadras e pisos cimentados será realizada nos locais definidos na planilha orçamentária e/ou memorial descritivo integrante deste Termo de Referência.

5.15.6.2.

VERNIZ ACRÍLICO PISO		
Local	EXTERNO	Área Pintura m2
CALÇADA DO PRÉDIO PRINCIPAL	EXTERNA	20,84
CALÇADA DO WC FUNDOS	EXTERNA	6,65
CALÇADA MOTOMEC	EXTERNA	7,60
ACESSO WC DEFICIENTE	EXTERNA	8,36
ENTRADA SALA REUNIÃO	EXTERNA	22,45
PISO EXTERNO	EXTERNA	146,70
PISO HALL	INTERNO	286,50
PISO OFICINA	INTERNA	153,23
DEPOSITO LIMPEZA	INTERNA	1,60
ESCADA ESTACIONAMENTO	EXTERNA	5,95
ESCADA SALA REUNIÃO	EXTERNA	4,25
TOTAL		664,13

5.16. LIMPEZA FINAL DA OBRA

5.16.1. Critério de Medição

5.16.1.1. A medição será realizada pela área efetivamente limpa, considerando a projeção horizontal da edificação, expressa em metros quadrados (m²).

5.16.2. Execução dos Serviços

5.16.2.1. O serviço compreende a limpeza geral e completa da área objeto da intervenção, contemplando:

- a) pisos, paredes e tetos;
- b) vidros, esquadrias e caixilhos;
- c) áreas externas e de circulação;
- d) bancadas, louças e metais;
- e) demais superfícies afetadas pela execução dos serviços.

5.16.2.2. Deverão ser executados, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- a) varrição e remoção de resíduos sólidos;
- b) retirada de materiais excedentes, entulhos e restos de obra;
- c) limpeza de respingos de tinta, argamassa ou outros materiais;
- d) higienização das superfícies, deixando-as em condições adequadas de uso.

5.16.2.3. A obra deverá ser entregue completamente limpa, organizada e em condições imediatas de utilização, sendo condição indispensável para o recebimento dos serviços.

5.17. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.17.1. Designação

5.17.1.1. Será designado, por ato do Dirigente do CPI-9, gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual.

5.17.2. Atribuições

5.17.2.1. Compete à fiscalização:

- a) acompanhar a execução dos serviços quanto ao cumprimento das especificações técnicas;
- b) verificar o atendimento aos prazos estabelecidos;
- c) avaliar a qualidade dos serviços executados;
- d) registrar ocorrências e não conformidades;
- e) determinar correções e adequações necessárias;
- f) subsidiar o processo de medição e pagamento.

5.17.2.2. A fiscalização poderá determinar a paralisação de serviços que estejam em desacordo com as especificações técnicas ou que comprometam a segurança e a qualidade da execução.

5.18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.18.1. Condições de Execução

5.18.1.1. Não poderão ser executados serviços não previstos neste Termo de Referência sem prévia justificativa técnica e autorização formal da Administração.

5.18.1.2. A execução dos serviços terá início após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Início de Serviço pela contratada, devendo ser concluída no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência.

5.18.1.3. Todo transporte de materiais, equipamentos e insumos será de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo observar as normas de segurança aplicáveis.

5.18.2. Ajustes e Adequações

5.18.2.1. A Administração poderá suprimir ou ajustar quantitativos considerados desnecessários, com a devida adequação do valor contratual, nos termos da legislação vigente.

5.18.2.2. Os quantitativos constantes da planilha orçamentária possuem caráter estimativo, cabendo à licitante realizar vistoria técnica prévia para levantamento detalhado das condições do local e inclusão de eventuais particularidades em sua proposta.

5.18.2.3. Eventuais adaptações técnicas, inclusive substituição de materiais por equivalentes de padrão comercial, deverão ser previamente submetidas à aprovação da Administração.

5.18.3. Responsabilidades e Obrigações

5.18.3.1. A contratada deverá recompor integralmente quaisquer áreas afetadas pela execução dos serviços, incluindo calçadas, revestimentos e elementos construtivos adjacentes.

5.18.3.2. A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas, regulamentares e legais aplicáveis, devendo verificar eventuais atualizações normativas durante a execução contratual.

5.18.3.3. Em caso de conflito entre normas técnicas e o presente Termo de Referência, a Administração deverá ser formalmente consultada para definição da solução a ser adotada.

5.18.4. Fundamentação Legal

5.18.4.1. A presente contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da regulamentação estadual aplicável, incluindo o Decreto Estadual nº 67.888/2023 e demais normas correlatas.

5.19. PADRONIZAÇÃO DA PINTURA DA FACHADA PRINCIPAL

5.19.1. Modelo Adotado

5.19.1.1. Para a execução da pintura da fachada principal do 10º BPM/I, será adotado o **Modelo nº 5 – “POLÍCIA MILITAR”**, conforme padrão institucional estabelecido pelo Centro Integrado de Apoio Patrimonial (CIAP).

5.19.1.2. O referido modelo define a identidade visual das edificações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, incluindo a distribuição das cores institucionais e os elementos de composição da fachada, conforme representação técnica constante no anexo correspondente.

5.19.2. Características do Padrão Visual

5.19.2.1. O modelo adotado contempla a aplicação de faixas horizontais e cores institucionais, com predominância das cores:

- a) cinza, para base estrutural da edificação;
- b) preto, para composição de contraste;
- c) vermelho, como elemento de identidade visual da Polícia Militar.

5.19.2.2. A distribuição das cores, proporções e posicionamento das faixas deverá seguir rigorosamente o padrão definido no modelo técnico adotado, garantindo uniformidade visual entre as unidades da Corporação.

5.19.2.3. Eventuais adequações dimensionais decorrentes das características específicas da edificação deverão preservar a proporcionalidade e a identidade visual do modelo padrão.

5.19.3. Execução

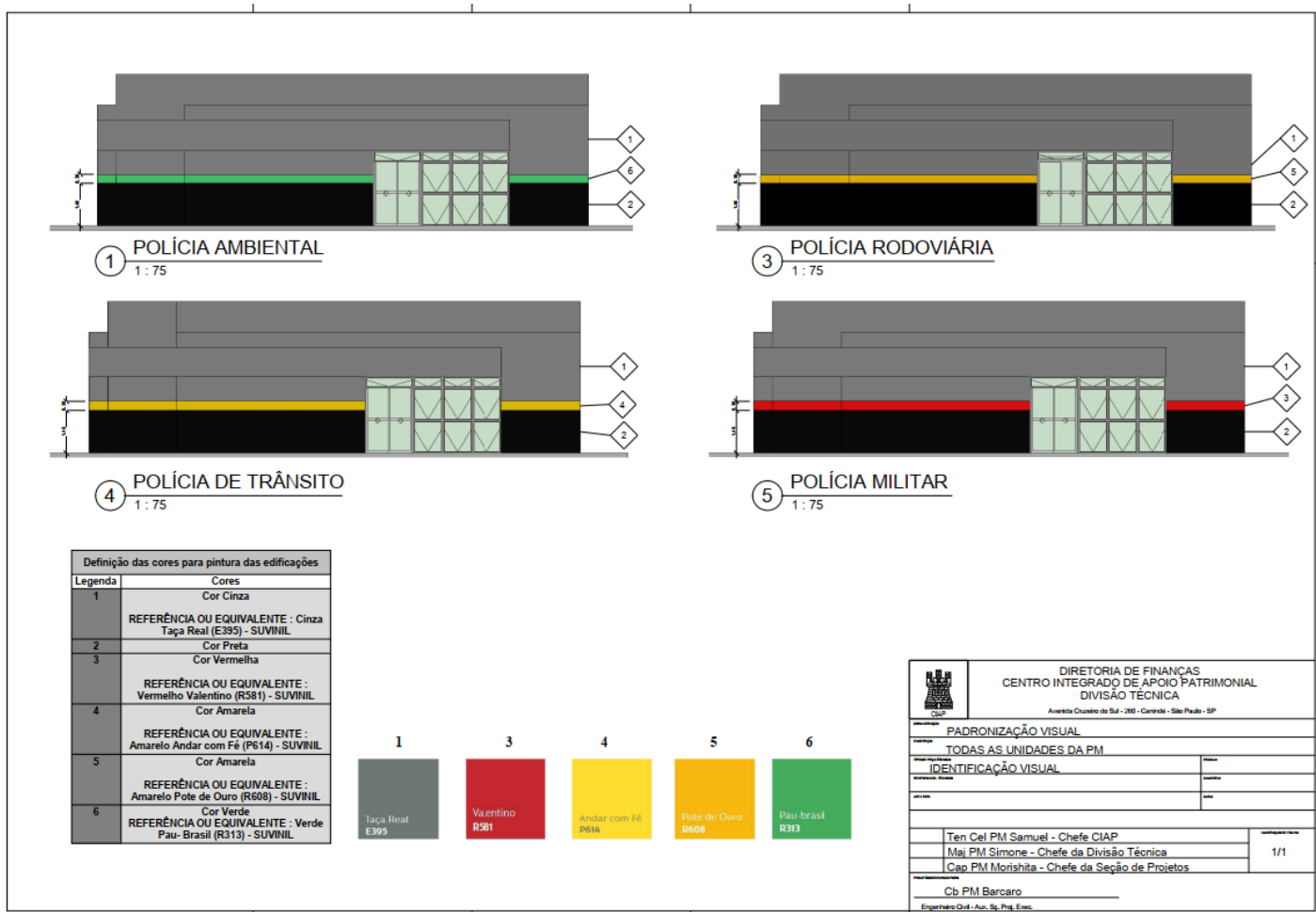
5.19.3.1. A execução da pintura da fachada deverá observar integralmente:

- a) o modelo institucional adotado;
- b) as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- c) as normas técnicas aplicáveis.

5.19.3.2. Não serão admitidas alterações no padrão visual sem prévia autorização da Administração.

5.19.4. Representação Visual do Modelo

5.19.4.1.



5.20. PADRONIZAÇÃO DA PINTURA DO MURO PERIMETRAL

5.20.1. Modelo Adotado

5.20.1.1. Para a execução da pintura do muro perimetral do 10º BPM/I, será adotado o padrão de “Pintura – Muro Perimetral”, conforme modelo técnico estabelecido pelo CIAP .

5.20.2. Critérios de Aplicação

5.20.2.1. O padrão de pintura do muro perimetral deverá observar as seguintes diretrizes, conforme altura do muro:

- a) muros com altura igual ou superior a 2,50 m: aplicação de faixa de rodapé e faixa central com dimensões equivalentes às utilizadas nas edificações;
- b) muros com altura inferior a 2,50 m e igual ou superior a 1,50 m: aplicação de faixas proporcionais à altura do muro;
- c) muros com altura inferior a 1,50 m: aplicação de pintura uniforme, sem faixas.

5.20.2.2. As cores utilizadas deverão seguir o padrão institucional da Polícia Militar, mantendo coerência visual com a edificação principal.

5.20.3. Características Técnicas

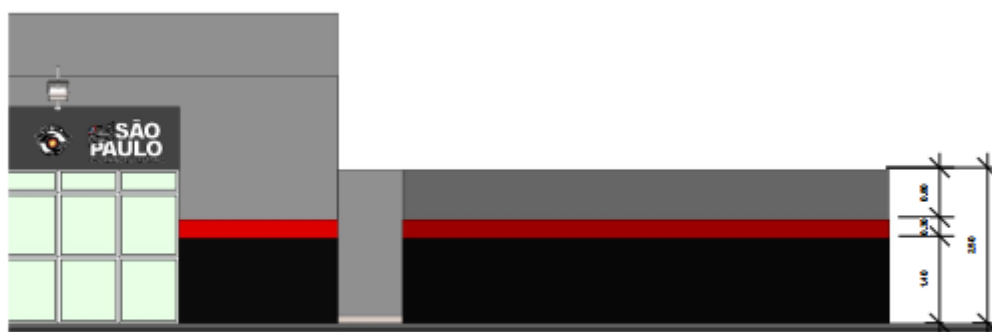
5.20.3.1. A execução deverá garantir:

- a) uniformidade na aplicação das cores;
- b) alinhamento e nivelamento das faixas;
- c) acabamento adequado e durabilidade;
- d) conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

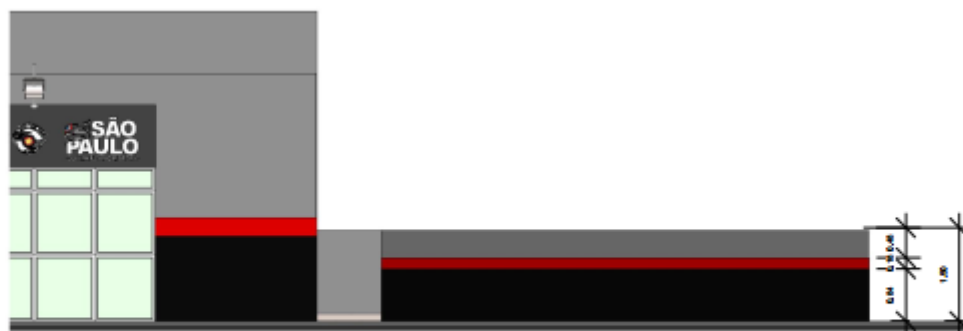
5.20.3.2. As proporções das faixas deverão ser ajustadas conforme as dimensões do muro, mantendo a padronização visual institucional.

5.20.4. Representação Visual do Modelo

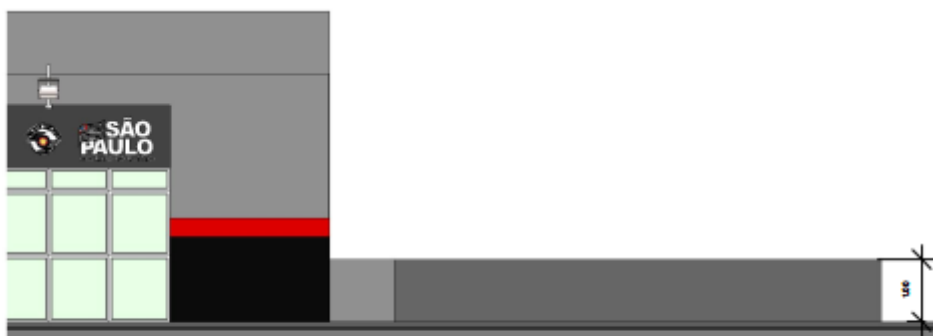
5.20.4.1.



1 Muro h= 2,50 m
1 : 100



2 Muro h=1,50 m
1 : 100



3

Muro h=1,00 m

1 : 100



5.21. REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ESTADO ATUAL DA EDIFICAÇÃO

5.21.1. Finalidade

5.21.1.1. O presente item tem por finalidade apresentar o registro fotográfico das condições atuais das instalações do 10º BPM/I, evidenciando o estado de conservação das superfícies internas e externas da edificação, bem como eventuais patologias construtivas existentes.

5.21.1.2. Os registros visuais visam subsidiar tecnicamente a necessidade da contratação, demonstrando desgastes decorrentes do uso contínuo, ação de agentes climáticos e ausência de manutenção preventiva periódica.

5.21.2. Condições Observadas

5.21.2.1. As imagens apresentadas evidenciam, dentre outros aspectos:

- a) desgaste da pintura em áreas internas e externas;
- b) presença de manchas, sujeiras e descoloração;
- c) ocorrência de infiltrações, mofo ou umidade em determinados pontos;
- d) deterioração de superfícies metálicas e de madeira;
- e) necessidade de recomposição estética e funcional das áreas.

5.21.2.2. Tais condições impactam diretamente a durabilidade da edificação, a salubridade dos ambientes e a adequada apresentação institucional da unidade.

5.21.3. Registros Fotográficos

5.21.3.1. A seguir, apresentam-se os registros fotográficos do estado atual do 10º BPM/I:

Imagem 1 – Vista fachada frontal



Imagem 2 – Fachada fundo (detalhes de desgaste)



Imagem 3 – Áreas externa - entrada - Serviço de dia



Imagem 4 – Fachada lateral



Imagem 5 – Torre de tijolo a vista



Imagem 6 - Muro perimetral com gradil



Imagem 7 - Alojamentos



5.21.4. Conclusão Técnica

5.21.4.1. Com base nos registros apresentados, verifica-se a necessidade de intervenção por meio de serviços de pintura predial e tratamento das superfícies, visando:

- a) a preservação do patrimônio público;
- b) a melhoria das condições de salubridade e segurança;
- c) a padronização visual conforme identidade institucional da Polícia Militar;
- d) a mitigação de patologias construtivas existentes.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto disponível durante todo o período de execução do contrato, com presença no local sempre que houver execução dos serviços ou quando convocado pela fiscalização.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.16. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços por meio de vistorias presenciais, medições físicas, registros fotográficos e relatórios técnicos de acompanhamento, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1. Realização de vistorias periódicas no local da execução para verificação da conformidade dos serviços com as especificações técnicas, normas aplicáveis e cronograma aprovado.

6.26.2. Conferência dos materiais, equipamentos e técnicas empregadas, bem como do cumprimento das normas de segurança do trabalho.

6.27. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.33.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.33.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.33.1.5. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

6.33.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.33.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.33.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.33.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.33.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.33.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.33.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.33.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

6.33.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.33.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

- 6.33.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:
- 6.33.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;
- 6.33.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;
- 6.33.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.33.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- 6.33.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.34. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.35. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 6.36. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.37. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:
- 6.37.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
- 6.37.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
- 6.37.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.
- 6.38. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.42. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.42.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.
- 6.43. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.43.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.
- 6.43.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.
- 6.43.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.
- 6.44. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.45. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.46. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.47. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.48. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.49. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.50. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.51. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.52. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.53. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.54. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.55. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. a execução dos serviços efetivamente realizados, mensurados em metros quadrados (m²), conforme medições físicas aprovadas pela fiscalização técnica;

7.3.2. a conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, normas aplicáveis, memorial descritivo e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.3.3. o cumprimento do cronograma físico aprovado, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.16.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20.1 O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.25. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A. 7.31.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Regularidade Fiscal

- 8.18.1. A comprovação de regularidade fiscal deverá observar a legislação vigente à época da licitação, abrangendo:

- a) Fazenda Federal;
- b) Fazenda Estadual;
- c) Fazenda Municipal;
- d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Seguridade Social (INSS).

- 8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;
- 8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
 - c) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 8.23.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.
- 8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- a) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - b) Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os

demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.27. Qualificação Técnico-Profissional

8.27.1. Para os serviços objeto deste Termo de Referência, a exigência de registro ou inscrição em entidade profissional competente não é obrigatória, por se tratar de serviço comum.

8.27.2. Caso a execução envolva atividades técnicas específicas que exijam responsabilidade técnica, a contratada deverá apresentar profissional habilitado, com comprovação de qualificação adequada.

8.28. Prova de atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável à atividade.

Qualificação Técnico-Operacional

8.29. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.29.1.1. Comprovação de experiência na execução de serviços similares ao objeto da contratação, admitido o somatório de atestados.

8.29.1.2. Comprovação de execução de serviços de pintura predial, mediante atestados que comprovem a execução de quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto, expresso em metros quadrados (m²).

8.29.1.3. Comprovação de execução de serviços de pintura predial, interna e/ou externa, incluindo preparação de superfícies, aplicação de seladores, massas, tintas e acabamentos, em edificações de uso público ou privado;

8.29.1.4. Comprovação de que os serviços executados atenderam às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT pertinentes aos serviços de pintura e revestimento, quando houver.

8.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.29.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.29.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.30. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no local do município de execução do contrato, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;

8.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.32. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.33. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

a) Para o profissional responsável técnico: serviços de natureza compatível com o objeto da contratação;

8.33.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.33.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado;

8.33.3. Deve o licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado na subdivisão anterior;

8.33.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Outras comprovações

8.34. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

8.35. Tratamento Diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

8.35.1. Foi analisada a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à possibilidade de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

8.35.2. Considerando o valor global da contratação e a natureza do objeto, conclui-se pela não aplicação da exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar, tendo em vista a necessidade de assegurar maior competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.36. Modo de Disputa

8.36.1. O procedimento licitatório adotará o modo de disputa aberto, nos termos da legislação vigente.

8.36.2. O modo de disputa escolhido visa assegurar maior competitividade e transparência ao certame.

8.37. Participação de Cooperativas

8.37.1. Será admitida a participação de sociedades cooperativas no certame, desde que atendidos os requisitos previstos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.37.2. As cooperativas deverão comprovar capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, bem como observar as disposições legais aplicáveis.

8.38. Participação em Consórcio

8.38.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação.

8.38.2. A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que não demanda complexidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível a execução por empresas individuais, sem prejuízo à competitividade do certame.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 230.111,64 (duzentos e trinta mil, cento e onze reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme demonstrado na planilha orçamentária anexa, elaborada com base na **Tabela de Custos Unitários da CDHU**, em conformidade com o Decreto Estadual nº 67.888/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VANILSON PEREIRA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:18:59.

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 9
DÉCIMO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA Nº 10BPMI-001/40/26

ASSUNTO:			Serviços de pintura do Complexo Administrativo 10º BPMI							
LOCAL:			Rua Américo Vespúcio nº 300 - Algodal - Piracicaba /SP							
ITEM	FONTE		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	UNIT MAT	TOTAL MAT	UNIT MDO	TOTAL MDO	TOTAL
1	Serviços preliminares									
1.1	02.02.120	CDHU	Locação de container tipo alojamento - área mínima de 13,80 m²	unxmês	1,00	R\$ 899,67	R\$ 899,67	R\$ 92,75	R\$ 92,75	R\$ 992,42
1.2	02.06.030	CDHU	Locação de plataforma elevatória articulada, com altura aproximada de 12,5m, capacidade de carga de 227 kg, elétrica	unxmês	1,00	R\$ 10.063,15	R\$ 10.063,15	R\$ 3.861,90	R\$ 3.861,90	R\$ 13.925,05
							R\$ 10.962,82		R\$ 3.954,65	R\$ 14.917,47
2	Pintura parede, teto, ferragens, madeira e impermeabilização sede do 10º BPM/I									
2.1	33.10.030	CDHU	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo	m²	3.004,95	R\$ 13,55	R\$ 40.717,07	R\$ 23,98	R\$ 72.058,70	R\$ 112.775,77
2.2	33.11.050	CDHU	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	367,08	R\$ 18,83	R\$ 6.912,12	R\$ 33,50	R\$ 12.297,18	R\$ 19.209,30
2.3	33.12.011	CDHU	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	61,63	R\$ 19,27	R\$ 1.187,61	R\$ 33,50	R\$ 2.064,61	R\$ 3.252,22
2.4	33.03.750	CDHU	Verniz acrílico em tijolo à vista	m²	421,46	R\$ 18,21	R\$ 7.674,79	R\$ 23,98	R\$ 10.106,61	R\$ 17.781,40
							R\$ 56.491,59		R\$ 96.527,10	R\$ 153.018,68
3	Pintura em piso da sede do 10º BPM-I									
3.1	33.06.020	CDHU	Acrílico para pisos cimentados	m²	664,13	R\$ 4,61	R\$ 3.061,64	R\$ 23,98	R\$ 15.925,84	R\$ 18.987,48
							R\$ 3.061,64		R\$ 15.925,84	R\$ 18.987,48
4	Limpeza Final									
4,1	55.01.020	CDHU	Limpeza final da obra	m²	10,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15,90	R\$ 159,00	R\$ 159,00
							R\$ 0,00		R\$ 159,00	
TOTAL GERAL							R\$ 70.516,05		R\$ 116.566,59	R\$ 187.082,63
TOTAL GERAL (INCLUINDO BDI 23,00%)							R\$ 86.734,74		R\$ 143.376,90	R\$ 230.111,64

Fonte de Pesquisa: BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS Versão 200 Data Base: NOV/25

Piracicaba, 06 de abril de 2026

Elaborado por:

Responsável

VANILSON PEREIRA DA SILVA
1º Ten PM - Of. P/4

ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

Estudo Técnico Preliminar 57/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00163058/2026-37

2. Descrição da necessidade

2.1. Necessidade de preservação e conservação do patrimônio público

A sede do 10º BPM/I demanda a execução de serviços de pintura interna e externa, impermeabilização de superfícies expostas, tratamento e acabamento de paredes, tetos, pisos e esquadrias, em razão do desgaste natural decorrente do tempo, da ação de agentes climáticos e da utilização contínua das instalações. A ausência de manutenção periódica compromete a integridade física da edificação, favorece o surgimento de patologias construtivas, como infiltrações, proliferação de mofo, fissuras e processos corrosivos, além de ocasionar a desvalorização do bem público. Dessa forma, a adoção de medidas de manutenção preventiva revela-se necessária para assegurar a durabilidade da estrutura, a proteção do patrimônio estadual e a racionalização dos gastos públicos, evitando intervenções corretivas de maior vulto no futuro.

2.2. Necessidade de adequação das instalações às condições de segurança, salubridade e funcionalidade institucional

As condições atuais das instalações exigem intervenções destinadas à adequação dos ambientes internos e externos às normas técnicas e de segurança aplicáveis, de modo a garantir condições apropriadas de trabalho aos policiais militares e demais usuários da unidade. A realização dos serviços propostos assegura ambientes salubres, seguros e compatíveis com o uso institucional, preservando a funcionalidade dos espaços e a continuidade das atividades administrativas e operacionais. Ademais, a manutenção adequada da edificação contribui para a preservação da imagem institucional da Polícia Militar, reforça os princípios da eficiência administrativa e do interesse público, bem como assegura a prestação contínua e regular do serviço público de segurança.

Ressalta-se que a última intervenção de pintura na edificação ocorreu no ano de **2021**, período a partir do qual houve progressivo desgaste das superfícies, com comprometimento da proteção das estruturas e do aspecto visual da unidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Materiais do 10º BPMI	1º Ten PM Vanilson

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Qualificação técnica e capacidade operacional

A empresa a ser contratada deverá comprovar capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado (s) de desempenho anterior em serviços de pintura predial, manutenção, impermeabilização ou atividades de natureza similar, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução satisfatória de serviços equivalentes em porte, complexidade e características.

4.2. Conformidade com normas técnicas e legislação vigente

Os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, à legislação ambiental, trabalhista, previdenciária e às demais disposições legais e regulamentares pertinentes, cabendo à contratada a integral responsabilidade por sua correta aplicação.

4.3. Fornecimento integral de mão de obra, materiais e equipamentos

A contratada deverá fornecer, por sua conta e risco, toda a mão de obra especializada, materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços, sendo vedada qualquer cobrança adicional ou alegação posterior de insuficiência técnica ou quantitativa.

4.4. Qualidade dos materiais e padronização técnica

Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira linha e compatíveis com o uso institucional, devendo atender às especificações técnicas usuais do mercado e às normas de desempenho vigentes. A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, materiais que não atendam aos padrões mínimos de qualidade, durabilidade e segurança exigidos.

4.5. Responsabilidade técnica e execução dos serviços

A execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade exclusiva da contratada, que responderá integralmente por falhas técnicas, vícios de execução, danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, bem como por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

4.6. Segurança do trabalho e proteção dos usuários da unidade

A contratada deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, assegurando o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), bem como o isolamento e a sinalização das áreas de trabalho, de forma a preservar a integridade física dos trabalhadores, servidores, policiais militares e demais usuários da unidade.

4.7. Garantia dos serviços executados

A empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de 01 (um) ano sobre todos os serviços executados e materiais empregados, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, obrigando-se a corrigir, sem qualquer ônus para a Administração, eventuais defeitos, falhas ou vícios de execução constatados durante o período de garantia.

4.8. Fiscalização e acompanhamento da execução

A execução contratual ficará sujeita à fiscalização da Administração, que poderá acompanhar, orientar, solicitar ajustes técnicos e determinar a correção de serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, sem que tal atuação implique corresponsabilidade da Administração pelos atos da contratada.

4.9. Cumprimento de prazos e cronograma de execução

A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos e o cronograma estabelecidos no instrumento contratual, respondendo por atrasos injustificados, paralisações indevidas ou execução em desacordo com as etapas previstas, sujeitando-se às penalidades administrativas cabíveis.

4.10. Responsabilidade trabalhista, previdenciária e fiscal

A contratada será integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e securitárias decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

4.11. Proteção ao patrimônio público e recomposição de danos

Eventuais danos causados às instalações, equipamentos, mobiliários ou demais bens públicos, direta ou indiretamente, em decorrência da execução dos serviços, deverão ser integralmente reparados pela contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.12. Limpeza, organização e entrega dos serviços

Ao término dos serviços, a contratada deverá entregar todas as áreas devidamente limpas, organizadas e em plenas condições de uso, com a remoção de resíduos, materiais excedentes e quaisquer vestígios da execução, condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto.

4.13. Compatibilidade com códigos oficiais de contratação

Os serviços deverão estar compatíveis com os códigos de classificação adotados pelos sistemas oficiais de compras públicas, especialmente Compras.gov.br e BEC/SP, garantindo adequada identificação do objeto no processo licitatório.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Contextualização do mercado fornecedor

O mercado de prestação de serviços de pintura predial apresenta oferta de empresas especializadas, entretanto, observa-se que a execução de serviços com as especificações técnicas exigidas pode restringir o universo de fornecedores aptos, especialmente quanto à capacidade operacional e cumprimento de normas técnicas.

5.2. Alternativas disponíveis para atendimento da necessidade

5.2. Para atendimento da necessidade, foram consideradas as seguintes alternativas:

5.2.1. Execução direta pela Administração Pública: inviável, diante da inexistência de mão de obra especializada, equipamentos e estrutura técnica adequada;

5.2.2. Contratação sob demanda (sem dedicação exclusiva): inviável, pois compromete a eficiência e a continuidade da execução;

5.2.3. Locação de mão de obra: inviável, diante da ausência de vantagem econômica e maior complexidade de gestão;

5.2.4. Contratação de empresa especializada: solução adotada, por permitir execução integrada, padronização técnica e melhor controle de qualidade.

5.3. Análise comparativa das alternativas

A análise comparativa das alternativas demonstra que a contratação de empresa especializada de forma integrada apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração, pois centraliza responsabilidades, reduz riscos operacionais, facilita a fiscalização e assegura maior uniformidade técnica na execução dos serviços. As demais alternativas não atendem, de forma satisfatória, aos requisitos de eficiência, economicidade e segurança exigidos para a contratação.

5.4. Justificativa da escolha da solução de mercado

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada em serviços de pintura predial constitui a solução mais adequada para atender à necessidade identificada, por possibilitar a execução do objeto dentro dos padrões técnicos exigidos, com observância às normas legais e regulamentares, mitigação de riscos à Administração e preservação do interesse público.

5.5. Forma de contratação recomendada

Considerando a padronização dos serviços, a disponibilidade de fornecedores no mercado e a possibilidade de comparação objetiva de propostas, recomenda-se a realização de procedimento licitatório, em modalidade compatível com o objeto e com os valores estimados, assegurando a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a observância dos princípios que regem as contratações públicas.

5.6. Os serviços são classificados como comuns, quando não caracterizada atividade técnica privativa de engenharia..

Contudo, a contratada deverá indicar profissional com experiência comprovada na execução de serviços compatíveis com o objeto, especialmente no que se refere à preparação de superfícies, aplicação de revestimentos e impermeabilização.

Nos casos em que houver execução de serviços técnicos específicos que demandem responsabilidade técnica formal, a contratada deverá apresentar profissional habilitado, conforme legislação vigente.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Caracterização da solução adotada

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integral dos serviços de pintura predial, contemplando áreas internas e externas da sede do 10º BPM/I, com a realização de todos os procedimentos necessários à adequada conservação da edificação, incluindo preparo de superfícies, aplicação de revestimentos, acabamentos, impermeabilizações e pintura de elementos construtivos diversos.

6.2. Abrangência dos serviços

A solução abrange, de forma integrada e contínua:

6.2.1. A pintura de paredes, tetos e fachadas, internas e externas;

6.2.2. O tratamento e acabamento de superfícies metálicas e de madeira;

6.2.3. A impermeabilização de superfícies expostas e suscetíveis à ação de agentes climáticos;

6.2.4. A pintura de pisos e demais áreas necessárias à preservação da funcionalidade e segurança das instalações;

6.2.5. A execução de serviços complementares indispensáveis à adequada finalização do objeto.

6.3. Forma de execução e responsabilidades

A execução dos serviços deverá ocorrer de forma unificada, sob responsabilidade exclusiva da empresa contratada, a qual deverá fornecer integralmente a mão de obra especializada, os materiais, os insumos, os equipamentos e as ferramentas necessários à perfeita execução do objeto. A solução adotada centraliza responsabilidades, reduz riscos técnicos e operacionais e facilita o acompanhamento, a fiscalização e a gestão contratual por parte da Administração.

6.4. Padrões técnicos, qualidade e segurança

Os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, os padrões usuais de qualidade do mercado e as normas de segurança do trabalho, assegurando a durabilidade das intervenções, a salubridade dos ambientes, a integridade física dos usuários da unidade e a proteção do patrimônio público.

6.5. Prazo, continuidade das atividades e entrega do objeto

- 6.5.1. O prazo estimado para execução dos serviços será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços.
- 6.5.2. O prazo de vigência da contratação será de **60 (sessenta) dias**, contados da assinatura do contrato, período suficiente para contemplar a execução integral do objeto, bem como os procedimentos de recebimento provisório e definitivo.
- 6.5.3. O prazo de garantia dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.
- 6.5.4. Os prazos estabelecidos são compatíveis com a natureza não contínua e de execução por escopo do objeto, assegurando a adequada finalização da contratação.

6.6. Local e horário de execução dos serviços

Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 18h, na sede do 10º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada na Rua Américo Vespúcio nº 300, bairro Algodual, no município de Piracicaba, observadas as normas internas da unidade, as diretrizes da Administração e as condições necessárias à preservação da segurança institucional.

6.7. Visita técnica prévia facultativa

6.7. A visita técnica será facultativa, sendo recomendada às empresas interessadas, com a finalidade de conhecimento das condições do local. A não realização da visita implicará na aceitação plena das condições existentes, não sendo admitidas alegações posteriores.

6.8. Adequação da solução ao interesse público

A solução descrita atende de forma plena à necessidade identificada, preserva o patrimônio público, assegura melhores condições de uso das instalações e observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

6.9. Justificativa quanto aos Elementos Não Contemplados

- 6.9.1. Registra-se que os elementos não obrigatórios previstos no art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023 que não foram contemplados no presente Estudo Técnico Preliminar foram analisados pela equipe de planejamento da contratação.
- 6.9.2. A não inclusão de determinados elementos decorre da sua inaplicabilidade à natureza do objeto, não comprometendo a adequada caracterização da solução, tampouco a avaliação de sua viabilidade técnica, econômica e operacional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Quadro estimativo de quantitativos

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
7.1.1	Pintura acrílica antimfo – paredes externas	m²	1.294,21
7.1.2	Pintura acrílica antimfo – paredes internas	m²	1.023,81
7.1.3	Pintura acrílica antimfo – lajes (internas e externas)	m²	686,93
7.1.4	Pintura em superfícies metálicas (esquadrias, grades, corrimãos e estruturas)	m²	367,08
7.1.5	Pintura em superfícies de madeira (portas, batentes e janelas)	m²	61,63

7.1.6	Aplicação de verniz acrílico em superfícies de tijolo aparente	m²	421,46
7.1.7	Pintura acrílica para pisos cimentados e áreas externas e internas	m²	664,13

7.2. Considerações sobre os quantitativos estimados

Os quantitativos foram apurados com base no memorial descritivo e levantamento técnico detalhado da edificação, tendo sido apurados com base em levantamentos técnicos prévios constantes da documentação de referência, e destinam-se à adequada definição do objeto e à elaboração da estimativa de custos.

Caberá à empresa contratada, após eventual realização de visita técnica ao local, confirmar as condições reais das superfícies e executar os serviços de acordo com as especificações contratuais, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das áreas, limitações técnicas ou inconsistências de medição para fins de revisão de preços ou prorrogação de prazos

7.3. Documentos de Suporte às Memórias de Cálculo

7.3.1. As memórias de cálculo dos quantitativos foram elaboradas com base em levantamento técnico realizado nas dependências da unidade, considerando as áreas efetivamente a serem atendidas.

7.3.2. Como documentos de suporte, integram o presente processo administrativo:

- a) registros fotográficos das áreas;
- b) medições realizadas in loco;
- c) anotações técnicas elaboradas pela equipe responsável.

7.3.3. Tais elementos são suficientes para demonstrar a adequação dos quantitativos estimados à necessidade da contratação.

.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 230.111,64

8.1. Metodologia adotada

8.1.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, mediante a utilização de duas metodologias distintas de formação de preços, a fim de garantir maior robustez, confiabilidade e aderência ao mercado.

8.1.2. As metodologias utilizadas foram:

- a) Pesquisa de preços em banco de dados público (Compras.gov.br);
- b) Composição analítica de custos com base na Tabela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo).

8.2. Pesquisa de preços – Compras.gov.br

8.2.1. Foi realizada pesquisa de preços no sistema oficial do Governo Federal (Compras.gov.br), com base em contratações públicas similares.

8.2.2. O objeto pesquisado foi:

- Código: 13455
- Descrição: Obras civis – pequenas obras / pintura em geral
- Unidade: metro quadrado (m²)
- Quantidade: 4.520 m²

8.2.3. A consolidação dos dados resultou nos seguintes indicadores:

Indicador	Valor (R\$)
Menor preço	43,0183

Média	46,2134
Mediana	47,5489
Maior preço	48,9600
Desvio padrão	2,64
Coeficiente de variação	5,71%

8.2.4. Considerando a mediana como medida de tendência central mais adequada, foi obtido o seguinte valor estimado:

R\$ 214.921,02 (duzentos e quatorze mil, novecentos e vinte e um reais e dois centavos)

8.3. Composição de custos – Tabela CDHU

8.3.1. Paralelamente, foi elaborada planilha orçamentária detalhada com base no Boletim Referencial de Custos da CDHU – versão 200, data-base NOV /2025.

8.3.2. A composição considerou todos os serviços necessários à execução do objeto, incluindo:

- serviços preliminares (container e equipamentos);
- pintura de paredes, tetos, estruturas metálicas e madeira;
- impermeabilização e aplicação de verniz;
- pintura de pisos;
- limpeza final da obra.

8.3.3. A planilha contemplou separadamente os custos de materiais e mão de obra, resultando nos seguintes valores:

Descrição	Valor (R\$)
Total de materiais	86.734,74
Total de mão de obra	143.376,90
Subtotal	230.111,64
BDI (23%)	[INCLUÍDO]
Valor total estimado	230.111,64

8.3.4. Ressalta-se que a composição inclui todos os custos diretos e indiretos, tais como equipamentos (plataformas elevatórias), mobilização, encargos sociais, tributos e demais insumos necessários à execução do objeto.

8.4. Análise comparativa das metodologias

8.4.1. A pesquisa realizada evidenciou diferença entre os valores obtidos:

- Compras.gov.br: R\$ 214.921,02

- CDHU: R\$ 230.111,64

8.5. Justificativa da metodologia adotada

8.5.1. Para fins de definição do valor estimado da contratação, optou-se pela utilização da planilha orçamentária baseada na Tabela CDHU como referência principal.

8.5.2. Tal escolha se justifica pelos seguintes fatores:

- a) maior nível de detalhamento técnico dos serviços;
- b) utilização de metodologia analítica de composição de custos;
- c) aderência às condições reais do objeto a ser contratado;
- d) alinhamento com práticas adotadas pela Administração Pública do Estado de São Paulo.

8.5.3. A pesquisa realizada no Compras.gov.br foi utilizada como parâmetro complementar de validação de mercado, nos termos do Decreto nº 67.888 /2023.

8.6. Valor estimado da contratação

8.6.1. Diante do exposto, o valor estimado da contratação é de:

R\$ 230.111,64 (Duzentos e trinta mil, cento e onze reais e sessenta e quatro centavos.)

8.6.2. O valor apresentado mostra-se compatível com o mercado e adequado às especificações técnicas do objeto, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

8.7. Publicidade da Estimativa de Valor

8.7.1. Não se verifica a necessidade de atribuição de caráter sigiloso aos documentos que dão suporte à estimativa de valor da contratação.

8.7.2. A divulgação dos valores referenciais não compromete a competitividade do certame, estando em consonância com os princípios da transparência, publicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Análise da possibilidade de parcelamento

Após a análise das características do objeto, verificou-se que a solução proposta envolve serviços tecnicamente interdependentes, compreendendo pintura de superfícies internas e externas, tratamento e acabamento de paredes, tetos, pisos, esquadrias metálicas e de madeira, impermeabilização, bem como serviços preliminares e finais, os quais demandam coordenação técnica, padronização de materiais e uniformidade dos métodos de execução.

9.2. Inviabilidade técnica e operacional do parcelamento

O parcelamento do objeto poderia ocasionar incompatibilidade técnica entre etapas, divergência de padrões de execução, dificuldade na fiscalização e elevação do risco de falhas, retrabalhos e responsabilização difusa entre fornecedores distintos. Ademais, a execução fragmentada comprometeria a integração dos serviços e a qualidade final do resultado esperado.

9.3. Impactos administrativos e econômicos

A contratação de múltiplos fornecedores acarretaria aumento da complexidade administrativa, ampliação dos custos indiretos de gestão e fiscalização, bem como maior exposição a riscos contratuais, em prejuízo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações públicas.

9.4. Opção pela não divisão do objeto

Diante do exposto, opta-se pela não divisão do objeto, recomendando-se a contratação de um único fornecedor para a execução integral da solução, de modo a assegurar a padronização técnica, a definição clara de responsabilidades, o controle da qualidade dos serviços e a segurança jurídica da Administração.

9.5. Fundamentação legal

A decisão pela não divisão do objeto encontra respaldo no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, por restar demonstrado que o parcelamento não se revela técnica nem economicamente vantajoso, atendendo, assim, aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Levantamento de contratações correlatas

Após análise do objeto e do escopo da contratação pretendida, verificou-se que não há contratações correlatas ou interdependentes em curso ou planejadas que guardem relação direta com a solução proposta.

10.2. Autossuficiência da solução

A contratação em questão apresenta caráter autônomo e completo, sendo suficiente, por si só, para o atendimento da necessidade identificada, não dependendo da execução simultânea ou prévia de outros contratos, aquisições ou serviços para sua efetiva implementação.

10.3. Impacto na gestão contratual

A inexistência de contratações correlatas ou interdependentes simplifica a gestão contratual, reduz riscos de sobreposição de escopos, conflitos operacionais ou dependência de terceiros, contribuindo para maior eficiência administrativa e segurança jurídica para a Administração Pública.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação encontra-se devidamente alinhado ao planejamento institucional da Administração, estando previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 177/2026, em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Preservação e valorização do patrimônio público

A contratação possibilitará a adequada conservação da edificação, prevenindo processos de degradação estrutural, prolongando a vida útil das instalações e contribuindo para a valorização do patrimônio público estadual.

12.2. Melhoria das condições de trabalho e salubridade dos ambientes

A execução dos serviços proporcionará ambientes internos e externos mais salubres, seguros e adequados ao uso institucional, refletindo positivamente nas condições de trabalho dos policiais militares e demais usuários da unidade.

12.3. Redução de custos com manutenção corretiva

A adoção de manutenção preventiva, por meio da execução integrada dos serviços de pintura e tratamento de superfícies, reduzirá a necessidade de intervenções corretivas futuras, resultando em racionalização dos gastos públicos a médio e longo prazo.

12.4. Padronização técnica e melhoria da qualidade dos serviços

A contratação de empresa especializada assegurará a padronização dos materiais, técnicas e métodos de execução, garantindo maior qualidade, uniformidade e durabilidade dos serviços realizados.

12.5. Eficiência administrativa e segurança jurídica

A centralização da execução em um único fornecedor facilitará a fiscalização, o controle contratual e a definição de responsabilidades, reduzindo riscos administrativos e assegurando maior segurança jurídica à Administração.

12.6. Continuidade e eficiência da prestação do serviço público

A melhoria das instalações contribuirá para a manutenção da continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade policial, refletindo positivamente na eficiência da prestação do serviço público de segurança à sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Designação de gestor e fiscal do contrato

Deverá ser realizada a designação formal de gestor e fiscal do contrato, preferencialmente servidores ou militares com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado, competentes para acompanhar, fiscalizar e gerenciar a execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e das normas internas da Administração.

13.2. Acompanhamento e fiscalização da execução

O gestor e o fiscal designados deverão acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos, padrões de qualidade, normas de segurança e demais obrigações contratuais, registrando as ocorrências pertinentes e adotando as providências cabíveis em caso de inconformidades.

13.3. Formalização de instrumentos e registros administrativos

Deverão ser providenciados os atos administrativos necessários à formalização da contratação, incluindo a emissão da ordem de início dos serviços, a manutenção de registros formais de acompanhamento, relatórios de fiscalização e demais documentos indispensáveis à gestão e ao controle do contrato.

13.4. Comunicação e coordenação com a unidade administrativa

Deverá ser assegurada a comunicação prévia e a coordenação entre a empresa contratada e a administração da unidade, a fim de organizar o acesso às dependências, definir áreas de execução, minimizar impactos na rotina administrativa e operacional e preservar a segurança institucional.

13.5. Recebimento e encerramento contratual

Ao término da execução, deverão ser adotadas as providências relativas ao recebimento provisório e definitivo do objeto, bem como à verificação do cumprimento das garantias contratuais, encerrando-se o contrato somente após a constatação da plena conformidade dos serviços executados.

13.6. Controle de prazos

Deverá ser realizado o acompanhamento do prazo de execução dos serviços, considerando o cronograma físico-financeiro e as necessidades operacionais da unidade, de modo a evitar atrasos que comprometam a finalidade da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Identificação dos impactos ambientais potenciais

A execução dos serviços de pintura predial poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude e caráter temporário, relacionados principalmente à geração de resíduos sólidos, ao uso de produtos químicos (tintas, solventes e vernizes) e à movimentação de materiais e equipamentos durante a execução dos serviços.

14.2. Geração e destinação de resíduos

Durante a execução dos serviços poderão ser gerados resíduos como embalagens de tintas, restos de materiais, lixas, panos, plásticos de proteção e resíduos de limpeza. Tais resíduos deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente, sendo vedado o descarte irregular em áreas internas ou externas da unidade.

14.3. Uso de produtos e controle de riscos ambientais

Os produtos utilizados deverão atender às normas técnicas e ambientais aplicáveis, priorizando-se materiais com menor impacto ambiental, tais como tintas à base de água, sempre que tecnicamente viável. A empresa contratada deverá adotar medidas para evitar vazamentos, derramamentos ou contaminação do solo e das áreas adjacentes, priorizando-se fornecedores que adotem práticas de produção sustentável, quando compatível com o objeto.

14.4. Controle de ruídos e interferências no entorno

Os serviços deverão ser executados de forma a minimizar a emissão de ruídos, poeira e odores, respeitando os horários estabelecidos para a execução e evitando interferências indevidas no funcionamento da unidade e no entorno, em observância às normas ambientais e de posturas municipais.

14.5. Medidas mitigadoras e responsabilidade ambiental

A contratada deverá adotar medidas mitigadoras adequadas, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos ambientais decorrentes da execução dos serviços, devendo promover a imediata correção de irregularidades e a recomposição de áreas eventualmente afetadas.

14.6. Avaliação do impacto ambiental global

Considerando a natureza do objeto, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são controláveis e mitigáveis, não configurando impedimento à execução da solução proposta, desde que observadas as boas práticas ambientais e as exigências legais pertinentes.

14.7. A contratada será responsável pela destinação adequada dos resíduos gerados, conforme Lei nº 12.305/2010 e normas ambientais vigentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Viabilidade técnica

15.1.1. A contratação proposta mostra-se tecnicamente viável, tendo em vista a existência de solução plenamente compatível com a necessidade identificada, a disponibilidade de empresas especializadas no mercado aptas à execução dos serviços e a adequada definição do escopo, dos requisitos técnicos e dos padrões de qualidade exigidos para a execução do objeto.

15.2. Viabilidade econômica

15.2.1. A viabilidade econômica da contratação resta demonstrada pela estimativa de custos elaborada com base em referenciais oficiais de preços e parâmetros de mercado, evidenciando a compatibilidade do valor estimado com os serviços a serem executados, bem como a observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

15.3. Viabilidade administrativa e operacional

15.3.1. Sob o aspecto administrativo e operacional, a contratação revela-se viável em razão da possibilidade de adequada gestão e fiscalização do contrato, mediante a designação de gestor e fiscal com conhecimento técnico compatível com o objeto, bem como pela inexistência de contratações correlatas ou interdependentes que possam comprometer sua execução.

15.4. Conclusão

15.4.1. Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, econômico, administrativo e operacional, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas, razão pela qual se declara a viabilidade da solução proposta.

15.5. Declaração de Conformidade Normativa

15.5.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 3º e 4º do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, contemplando a adequada caracterização da necessidade administrativa, a análise das soluções disponíveis no mercado, a definição da solução mais vantajosa e a avaliação da viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação.

15.6. Declaração de Observância ao Manual do Sistema ETP Digital

15.6.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em observância aos procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema ETP Digital, disponibilizado no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo, contemplando todas as seções e elementos necessários à adequada instrução do planejamento da contratação.

15.7. Revisão do Estudo Técnico Preliminar

15.7.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi devidamente revisado pela área competente, com a participação dos agentes responsáveis pela elaboração e análise técnica da demanda.

15.7.2. A revisão teve por objetivo verificar a conformidade do documento com a legislação vigente, bem como a consistência das informações técnicas e econômicas apresentadas.

15.7.3. Após análise, conclui-se que o Estudo Técnico Preliminar atende aos requisitos legais e normativos aplicáveis, estando apto a subsidiar a continuidade do processo de contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

VANILSON PEREIRA DA SILVA

1º Ten PM Ch Sec Mat



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:21:17.

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 9
DÉCIMO BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DO INTERIOR**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA Nº 10BPMI-001/40/26

ASSUNTO:			Serviços de pintura do Complexo Administrativo 10º BPMI							
LOCAL:			Rua Américo Vespúcio nº 300 - Algodual - Piracicaba /SP							
ITEM	FONTE		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	UNIT MAT	TOTAL MAT	UNIT MDO	TOTAL MDO	TOTAL
1	Serviços preliminares									
1.1	02.02.120	CDHU	Locação de container tipo alojamento - área mínima de 13,80 m²	unxmês	1,00	R\$ 899,67	R\$ 899,67	R\$ 92,75	R\$ 92,75	R\$ 992,42
1.2	02.06.030	CDHU	Locação de plataforma elevatória articulada, com altura aproximada de 12,5m, capacidade de carga de 227 kg, elétrica	unxmês	1,00	R\$ 10.063,15	R\$ 10.063,15	R\$ 3.861,90	R\$ 3.861,90	R\$ 13.925,05
							R\$ 10.962,82		R\$ 3.954,65	R\$ 14.917,47
2	Pintura parede, teto, ferragens, madeira e impermeabilização sede do 10º BPM/I									
2.1	33.10.030	CDHU	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo	m²	3.004,95	R\$ 13,55	R\$ 40.717,07	R\$ 23,98	R\$ 72.058,70	R\$ 112.775,77
2.2	33.11.050	CDHU	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	367,08	R\$ 18,83	R\$ 6.912,12	R\$ 33,50	R\$ 12.297,18	R\$ 19.209,30
2.3	33.12.011	CDHU	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	61,63	R\$ 19,27	R\$ 1.187,61	R\$ 33,50	R\$ 2.064,61	R\$ 3.252,22
2.4	33.03.750	CDHU	Verniz acrílico em tijolo à vista	m²	421,46	R\$ 18,21	R\$ 7.674,79	R\$ 23,98	R\$ 10.106,61	R\$ 17.781,40
							R\$ 56.491,59		R\$ 96.527,10	R\$ 153.018,68
3	Pintura em piso da sede do 10º BPM-I									
3.1	33.06.020	CDHU	Acrílico para pisos cimentados	m²	664,13	R\$ 4,61	R\$ 3.061,64	R\$ 23,98	R\$ 15.925,84	R\$ 18.987,48
							R\$ 3.061,64		R\$ 15.925,84	R\$ 18.987,48
4	Limpeza Final									
4,1	55.01.020	CDHU	Limpeza final da obra	m²	10,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15,90	R\$ 159,00	R\$ 159,00
							R\$ 0,00		R\$ 159,00	
TOTAL GERAL							R\$ 70.516,05		R\$ 116.566,59	R\$ 187.082,63
TOTAL GERAL (INCLUINDO BDI 23,00%)							R\$ 86.734,74		R\$ 143.376,90	R\$ 230.111,64

Fonte de Pesquisa: BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS Versão 200 Data Base: NOV/25

Piracicaba, 06 de abril de 2026

Elaborado por:

Responsável

VANILSON PEREIRA DA SILVA
1º Ten PM - Of. P/4